



Impresso Especial
9912259023/2010-DR/SC
ALESC
... CORREIOS ...

ED.397

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

AUDIÊNCIAS APONTAM CAMINHOS PARA SAÚDE PÚBLICA EM SC

Programa Estadual de Incentivo a Cirurgias Eletivas, destino do Hospital Florianópolis e microrregião de Itajaí em debate

A saúde foi alvo de audiências públicas promovidas pela Assembleia nos últimos dias. No dia 8, o Plenário Osni Régis sediou debate em torno da situação do Hospital Florianópolis, localizado na área continental da Capital.

Fechada para reforma desde 2009, a unidade hospitalar que fazia 40 mil atendimentos de emergência por mês, realiza hoje 5.500. Apenas seis, dos 96 leitos em funcionamento até 2009, estão ativados. O corpo funcional foi reduzido: dos 645 servidores que atuavam, somente 150 permanecem no local.

No dia 10, foi a vez de Itajaí receber e encerrar o ciclo de audiências públicas sobre atendimento básico em saúde pública e a descentralização da alta complexidade em pediatria.

No dia 15, mais uma vez, a Capital sediou audiência, desta vez sobre o Programa Estadual de Incentivo às Cirurgias Eletivas, retratando a fila de espera de 19 mil pessoas.



No Plenário Osni Régis, gestores de saúde, profissionais e lideranças comunitárias falam da situação de unidade hospitalar e dos serviços de saúde

FABIO QUEIROZ

PÁGINAS 4, 5 E 6

VISTORIA EM HOSPITAL



MIRIAN ARINS

Deputados conferem andamento da reforma no Hospital Florianópolis

PÁGINAS 4 e 5

OS 50 ANOS DO BRDE



FABIO QUEIROZ

Diretor-presidente Renato Vianna recebe placa dos deputados Kuhlmann e Mota

PÁGINA 3

APROVADOS

MORADIA PARA BAIXA RENDA

MUDANÇA NO IPVA PARA GÁS NATURAL

PÁGINA 7

JUNTO DA FAMÍLIA



Não existe nada mais perverso do que separar uma criança de sua família em um momento de dor. Foi com esse propósito, de tentar manter as famílias unidas quando um filho precisa de atendimento médico, que venho batalhando para que os atendimentos de alta complexidade pediátrica sejam descentralizados para os hospitais do interior.

Hoje praticamente todos os atendimentos graves nas áreas de oncologia, neurologia, ortopedia e cardiologia são encaminhados para o Hospital Joana de Gusmão, em Florianópolis, ou para o Jeser Amarante, de Joinville.

Os pais e os pequenos doentes se submetem a grandes deslocamentos, às vezes sem condições de enfrentar tratamentos que duram meses. Já vi pais que precisaram largar do emprego para ficar com o filho na Capital se tratando de câncer. E sei que nessas horas o apoio da família,

dos pais, irmãos e avós para a recuperação da criança é fundamental.

É possível descentralizar os recursos de alta complexidade para hospitais do interior. Há instituições em Criciúma, Itajaí, Lages, Chapecó, por exemplo, com condições físicas e humanas de atender bem esses serviços. Uma decisão administrativa, somada a algumas ações da União podem resolver o problema. Com certeza será um passo muito importante para cortar esse caminho.

Enquanto fui Secretário de Estado da Saúde avançamos muito na descentralização da alta complexidade para os adultos. Agora amadureceu a fase pediátrica. Acredito que juntos, olhando para o bem que será feito pelas crianças doentes, poderemos garantir que o atendimento seja feito mais próximo dos seus.

DEPUTADO DADO CHEREIM
(PSDB)

BLUMENAU DO FUTURO



Uma cidade cuja maior riqueza é o conhecimento. Este é um projeto já perseguido e conquistado na Europa, cujo melhor exemplo é o Distrito da Inovação 22@barcelona, que transformou uma área degradada em um oásis de inovação tecnológica dentro da capital da Catalunha. Em Barcelona, somente em infraestrutura foram investidos 180 milhões de euros. Hoje 1.500 empresas geram empregos de nível universitário nas áreas de mídia, medicina, tecnologia e energia. Como dizem os espanhóis, um lugar para trabalhar e viver com valorização do capital humano e desenvolvimento da cultura tecnológica.

Inspirado neste modelo, o governador Raimundo Colombo, ao lado do secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Paulo Bornhausen, estuda a criação de uma rede de inovação semelhante em Santa Catarina. Blumenau

é uma das cidades que melhor se enquadra dentro desta perspectiva. Assim como Barcelona, é atraente aos turistas, ostenta alto índice de qualidade de vida, valoriza a cultura e é experiente em iniciativas em prol do desenvolvimento tecnológico.

Blumenau já é um reconhecido polo de software, além de ter a FURB, celeiro de conhecimento e pesquisa. Devemos aproveitar esta vocação e criar na região do bairro Itoupava Seca, um espaço para atividades de inovação, semelhante ao espanhol, com empresas de tecnologia de ponta, centros de treinamento e de pesquisa e transferência de tecnologia. Um modelo de transformação urbanística adequado ao tipo de sociedade que esperamos para o século XXI. Enfim, a Blumenau do futuro.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN
(DEM)

EMBAIXADOR PALESTINO



SOLON SOARES

Deputados Moacir Sopelsa e Angela Albino recepcionam embaixador

Os laços de solidariedade do Brasil com o povo palestino foi o ponto alto da visita do embaixador, Ibrahim Alzeben à Assembleia Legislativa na manhã do dia 9. O embaixador, acompanhado de representantes da comunidade palestina em Santa Catarina, foi recepcionado pelo presidente em exercício, deputado Moacir Sopelsa (PMDB) e a deputada Angela Albino (PCdoB).

Na ocasião, Sopelsa ressaltou a satisfação pelo encontro, uma oportunidade de estreitar os relacionamentos sociais e comerciais com os povos árabes. Segundo o parlamentar, eventos como este favorecem a troca de idéias, além de fortalecer a economia dos

países. "Entre os negócios do Brasil e Palestina destaca-se a exportação de frango aos países árabes. Temos uma excelente produção de aves, concentrada na região Oeste de Santa Catarina", destacou Sopelsa.

Ao dar as boas vindas à comitiva, Angela Albino falou sobre o afeto que o povo brasileiro tem pelos palestinos. "Somos o primeiro estado brasileiro a comemorar através de uma lei estadual o Dia Estadual de Solidariedade ao Povo Palestino. Em 29 de novembro realizaremos, aqui no Parlamento, uma homenagem com exposição de fotos entre outras atividades", informou.

AGENDA DA SEMANA

Dia 21, 9 horas – Comissão de Educação - Audiência pública "Municipalização da Educação Básica"
Local: Plenário

Dia 22, 9 horas – Comissão de Agricultura - Audiência pública "A situação da suinocultura catarinense"
Local: Plenário

Mesa



Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin, Tatiani Magalhães e Vitor Santos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Danielle da Silva (estagiária), Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Luchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim

Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz e Moacir Cardoso

Expedição: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Celso João da Rocha e Simone M. Alves

PARLAMENTO DESTACA OS 50 ANOS DO BRDE

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul garantiu R\$ 65 bilhões de recursos para a região em meio século

ROSSANA ESPEZIN

Os 50 anos do BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul foram comemorados em sessão especial realizada dia 15 no Plenário Deputado Osni Régis, na Assembleia Legislativa. A homenagem foi proposta pelo deputado Jean Kuhlmann (DEM), que externou a satisfação de ter o blumenauense Renato de Mello Vianna no comando da instituição em data tão especial. O parlamentar destacou ainda a importante atuação do banco para a recuperação do Vale do Itajaí após o desastre natural de 2008 e entregou placas comemorativas aos homenageados.

“Em plena crise econômica norte-americana, enquanto a maioria dos bancos diminuía a oferta de crédito do mercado, o BRDE manteve o crédito, assumiu os riscos, ficou ao lado dos empreendedores catarinenses durante os momentos difíceis”, lembrou Kuhlmann. “O Vale do Itajaí sofreu muito. Perdemos vidas, perdemos bens, as indústrias foram duramente atingidas e empregos foram ameaçados da noite para o dia”, disse o parlamentar, que também é natural de Blumenau.

O deputado Manoel Motta (PMDB) lembrou das dificuldades enfrentadas pelo banco durante o governo Fernando Collor e da luta da sociedade catarinense e do Poder Legislativo para garantir a continuidade da instituição. “O BRDE estava na UTI, mas conseguimos reverter a situação”, resumiu.

Representante da Associação



Diretor-presidente do BRDE, Renato Vianna e deputado Jean Kuhlmann com comando da sessão solene no Plenário Osni Régis

dos Profissionais do BRDE, Jorge Antonio Soares da Silva renovou os votos de fidelidade dos servidores ativos e inativos à instituição.

Em seguida, o superintendente da agência de Florianópolis, Dário Buzzi, comparou a tímida economia de Santa Catarina dos anos 60, época em que a instituição foi criada, ao estado respeitado nacionalmente e que tem a expectativa de ostentar a melhor renda per capita do Brasil.

O presidente da instituição, Renato de Mello Vianna, agradeceu a homenagem e classificou a sessão solene como “uma noite memorá-

vel”, ponto culminante das homenagens recebidas pela instituição no Senado Federal e nas assembleias legislativas dos estados vizinhos. “Fico feliz de comemorar com a nossa gente catarinense que foi essencial para o BRDE resistir às inúmeras turbulências que fizeram sucumbir outros bancos públicos estaduais”, comemorou.

PLACAS

A solenidade foi prestigiada por autoridades entre os quais secretários executivo de Assuntos Estratég-

gicos, Paulo César da Costa, o reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Sebastião Iberes Lopes Melo, o vice-prefeito de Blumenau, Rufino Seibt, o ex-presidente da Assembleia Legislativa Paulo Konder Bornhausen, o secretário de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, Lúcio Cesar Botelho, presidente da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), Ademir Arnon e o presidente do Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc), Nelson Santiago e o ex-senador Neuto de Couto.

Além de Renato Vianna foram

homenageados com placas comemorativas funcionários da agência de Florianópolis: o superintendente Dário Buzzi, o gerente jurídico, Clenio Callegaro da Silveira; gerente de Recuperação de Crédito, Tarcísio Jaime Herdt; gerente de Operações, Nelson Ronnie dos Santos; gerente de Planejamento, Rogério Gomes; gerente Administrativo, Zenon Farias; o representante da Associação dos Funcionários do BRDE, Dimas Cesar de Souza e o representante da Associação dos Profissionais do BRDE, Jorge Antonio Soares da Silva.

OBJETIVO DE IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL

No início da década de 60, os três governadores do Sul, Celso Ramos, em Santa Catarina, Leonel Brizola, no Rio Grande e Ney Braga, no Paraná uniram esforços para implementar uma super ferramenta que impulsionasse o desenvolvimento dos três estados. Assim nasceu o BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Em 2009, o Mato Grosso do Sul foi inserido nesta sociedade que há havia se tornado referência em financiamentos de longo prazo.

O BRDE tem uma estrutura enxuta – apenas 527 funcionários distribuídos em três agências – mas registra grande desempenho. Em meio século, o BRDE trouxe mais de R\$ 65 bilhões de recursos para a Região Sul. Em 2010, o Ban-

co viabilizou R\$ 2,2 bilhões em investimentos, que devem gerar uma arrecadação anual adicional superior a R\$ 200 milhões em ICMS. Recursos que ajudaram a criar e manter 51,4 mil postos de trabalho.

RESPONSABILIDADE

A carteira de financiamentos atesta a vocação para o atendimento às micro, pequenas e médias empresas e aos mini e pequenos produtores rurais. No final de 2010, o BRDE cultivava mais de 35 mil clientes ativos distribuídos em cerca de mil municípios que juntos perfazem 88% dos municípios do Sul.

Em sintonia com as tendências mais atuais, o banco criou,

em 2001, o Projeto BRDE Responsabilidade Social que incentiva práticas éticas e sociais. A partir daí, as ações institucionais com impactos sociais positivos ganharam impulso, fomentando um novo modelo de gestão. O BRDE também é associado à Rede de Entidades Empresariais do Instituto ETHOS, que incentiva empresas a implementar políticas e práticas de Responsabilidade Social.

O BRDE ainda é uma instituição moderna que apóia o acesso à cultura, implantando espaços para exposições de artes, lançamentos literários e outras manifestações artísticas. Em Florianópolis, existe o Espaço Cultural Celso Ramos. O banco também conserva patrimônio de significativo valor cultural em seu Acervo de Obras.



Diretor-presidente Renato Vianna recebe placa das mãos de Jean Kuhlmann

DEPUTADOS FAZEM VISITA SURPRESA AO HOSPITAL FLORIANÓPOLIS

Unidade está em reforma desde 2009, sem data prevista para reabertura, e reduziu de 40 mil para 5.500 o número mensal de atendimentos de emergência

ROSSANA ESPEZIN

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa fez dia 9 uma visita surpresa ao Hospital Florianópolis (HF), localizado na zona continental da capital catarinense, em reforma desde 2009 e sem data para ser reaberto. A sugestão, feita pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT), da visita foi acatada em audiência pública, realizada no dia 8, no Palácio Barriga Verde.

O diretor do HF, Elcio André Madruga, não compareceu à visita que reuniu Soares e o presidente da Comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni (PT), além de servidores do HF, líderes comunitários do Estreito, da Colônia, sindicalistas e representantes da Secretaria de Estado da Saúde.

A comitiva chegou ao hospital por volta das 9 horas, para verificar in loco a real situação da instituição que fazia cerca de 40 mil atendimentos de emergência, por mês, reduzidos hoje a 5.500.

Dos 96 leitos em funcionamento até 2009, apenas seis permanecem ativos. O corpo funcional também foi desmembrado e dos 645 servidores somente cerca de 150 ainda estão lotados no mesmo lugar.

Durante a visita, o vice-presidente da Associação Amigos do Hospital Florianópolis (AHFLOR), Anésio Silva Botelho, afirmou que os moradores temem uma possível privatização. A entidade doou R\$ 450 mil para pagar os projetos da reforma da emergência, do 2º e do 3º andar, e da construção



Comitiva faz vistoria nas instalações e ouve lideranças comunitárias e sindicais, que temem a privatização do hospital da área continental de Florianópolis

de um anexo, e quer que o HF seja devolvido à comunidade nos mesmos moldes de atendimento.

Maria do Socorro Gomes, residente na Colônia, afirmou que os moradores do bairro também não querem que o HF seja privatizado. Ela disse que, além de atender várias especialidades

e ser referência em algumas delas, o hospital também cumpria sua função social, atendendo inclusive moradores de rua. Gregório Silveira, morador do bairro, disse que, devido ao fechamento do HF, está desde 2008 aguardando uma cirurgia no braço.

O Sindicato dos Trabalhadores

em Estabelecimentos de Serviços de Saúde Privado e Público Estadual (Sindisaúde) também defende o hospital público, conforme Isabel Figueiredo Bitencourt, representante da diretoria e servidora do HF.

Márcio Fortes, membro do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde

e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina, garante que todos estão lutando para que o hospital não feche e que o corpo de servidores seja mantido, embora admita que haverá uma defasagem de cerca de 40% devido à aposentadoria dos servidores federais.

DESTINO DISCUTIDO NO DIA 28

Para chegar a resultados concretos, a Comissão de Saúde pretende realizar dia 28 de junho uma reunião com representantes de todas as instituições envolvidas, inclusive a Secretaria de Estado da Saúde, para definir com clareza o destino do Hospital Florianópolis. O encontro deve acontecer na Assembleia Legislativa.

Os deputados Volnei Morastoni e Sargento Soares, que fiscalizaram todos os andares da instituição, admitiram que problemas de gestão, falta de autonomia financeira e administrativa e servidores sobrecarregados são uma constante nos 14 hospitais públicos de Santa Catarina. Os parlamentares apontaram a falta de uma política clara de apoio e incentivo para a saúde, além de mais suporte aos pequenos hospitais do Estado que estão abandonados e muitas vezes são mantidos pela prefeitura ou pela comunidade.

REALIDADE

“Esta visita é importante para conhecermos a realidade como ela é. O HF está em uma situação estranha por falta de planejamento. Existe um processo de “enrolação”. A emergência só funciona hoje pela brava resistência de seus servidores,

mas não está claro qual é o plano do governo para a instituição. Mas a comunidade quer o hospital reaberto no mesmo caráter que tinha anteriormente”, afirmou Soares.

Morastoni lamentou a falta do diretor do HF à visita das obras. “Estamos elaborando um relatório mostrando todos os problemas dos hospitais de Santa Catarina. Este documento será uma colaboração preciosa para o governo do Estado. Estamos fazendo a parte que nos cabe, um diagnóstico da saúde no Estado. O HF em reforma há anos está sobrecarregando os demais hospitais, prejudicando a comunidade, e ninguém sabe com certeza o que vai acontecer com este hospital que tem uma vocação clara demonstrada pelo envolvimento que a comunidade da Colônia, e até mesmo de outros municípios, como Biguaçu e Palhoça, tem com esta instituição e pela longa mobilização pelo seu pronto funcionamento”, definiu.

Mara Regina Grando, assessora do Superintendente da Comissão de Hospitais Públicos da Secretaria de Estado da Saúde, Libório Soncini, acompanhou a visita e disse que os atrasos nas obras são consequência de alterações nos projetos de engenharia. Ela não soube informar a data de conclusão da reforma.

COMUNIDADE REIVINDICA SINDICÂNCIA PARA APURAR DEPREDÇÃO DE EMERGÊNCIA DE UNIDADE

Um dia antes da vistoria, a Comissão de Saúde realizou audiência pública para discutir a situação do Hospital Florianópolis. Parlamentares, servidores do HF, líderes comunitários do Estreito, da Colônia e sindicalistas participaram do debate, também proposto pelo deputado Sargento Soares (PDT). A audiência culminou com o pedido para agendar encontro com o secretário da Saúde e o governador Raimundo Colombo, para solicitar agilidade nas obras de reforma.

Além disso, a comunidade luta para manter o HF na rede pública, com atendimento exclusivo pelo SUS. Foi reivindicada a instauração de uma sindicância para apurar a depredação da emergência, cujas obras estavam concluídas, e ainda a criação de uma frente parlamentar em defesa dos hospitais públicos, bem como uma comissão de acompanhamento da execução da reforma do HF.

Segundo a direção do HF, que não compareceu à audiência pública, mas enviou um arrazoado à Comissão de

Saúde, “a situação do hospital beira a insustentabilidade pela absoluta falta de pessoal”. De fato, grande parte dos servidores foi cedida para outras unidades de saúde da região. A situação beira o caos e, conforme denunciou Sargento Soares, “até os servidores do almoxarifado foram deslocados para atender na emergência”.

A deputada Angela Albino (PCdoB), que também havia solicitado à Comissão de Saúde a realização de uma audiência pública com o mesmo fim, declarou sua perplexidade pelo lasto da Secretaria de Saúde sequer enviar um representante.

Para o vereador de Florianópolis, Ricardo Vieira, que é médico e atende no HF, “faltam condições de trabalho”. Vieira denunciou que a emergência funciona “meia-boca” e que se não fosse a abnegação dos servidores que lá ficaram, a redução no atendimento seria ainda mais radical.

Tânia Ramos, da Associação de Moradores da Colônia, denunciou que houve depredação da emergên-

cia. “Quebraram todos os registros e a água tomou conta. A emergência estava pronta e agora vai voltar para a reforma”. Tânia pediu a instauração de uma sindicância para apurar os fatos.

O representante da Associação de Moradores da Colônia, Francisco Carlos Posich, afirmou que a comunidade está órfã dos serviços do SUS. Para a representante do Centro de Integração Social Beneficente Cultural Gente da Gente, Cláudia Lopes da Costa, “a situação do HF é vergonhosa. É um hospital referência e ao mesmo tempo não é nada”.

O dirigente da Associação de Moradores do Estreito (AME), Sérgio Luiz Piazza, afirmou que “é preciso que fiquemos mobilizados até o governo tomar uma decisão a nosso favor”. Para Anésio Botelho, da Associação Amigos do Hospital Florianópolis, “é preciso propor uma ação judicial pedindo multa diária pelo atraso na conclusão da reforma”.

Para o presidente do Sindisaúde, Pedro Paulo das Chagas, “tudo foi

preparado para entregar o patrimônio público para uma organização social de saúde (OSS)”. De acordo com ele, a comunidade não é contra as OSS, apenas não se pode permitir que espaços públicos sejam doados para uso privado, excluindo do atendimento aqueles cidadãos que não têm condições de contratar um plano de saúde. Edileuza Garcia, do Sindisaúde, lembrou que tudo começou com a privatização da lavanderia e do laboratório. Segundo ela, a comunidade tem de abraçar o HF e a primeira providência para manter o hospital exclusivamente público é garantir o retorno dos funcionários que foram cedidos para outras unidades de saúde da Grande Florianópolis.

Também participaram da audiência os vereadores da capital Romeu Franzoni Júnior, Célio Bento e Marcos “Badeko” Espindola, moradores do Estreito, da Colônia e do Jardim Atlântico, além de Gilmar Salgado, da Central Sindical, e representantes do Sinergia e do Sindiprev.



Com cruces anunciando a morte da saúde pública, servidores participam de audiência pública no Plenário Osni Régis

MICRORREGIÃO DE ITAJAÍ PRIORIZA DEBATE SOBRE DEFICIÊNCIAS NA SAÚDE BÁSICA

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa encerrou, dia 10, em Itajaí, o primeiro ciclo de audiências públicas sobre atendimento básico em saúde pública e descentralização da alta complexidade em pediatria. O debate aconteceu no auditório da Univali, com a participação de autoridades e gestores de saúde de vários municípios da região.

Os dados colhidos pela comissão serão sistematizados em um relatório a ser enviado à Secretaria de Estado de Saúde e ao Ministério da Saúde para o encaminhamento das providências necessárias, de modo a solucionar os problemas identificados.

Enquanto nas demais audiências do ciclo o foco principal do debate foi a descentralização dos serviços de alta complexidade em pediatria, em Itajaí ganhou destaque a discussão sobre as deficiências na chamada atenção básica em saúde. De acordo com

a diretora do Hospital Marieta, Irmã Sandra Pedrinha Zanotto, falta resolução na rede básica para minimizar os problemas do atendimento no pronto-socorro, o que satura o atendimento no Hospital Marieta, que apesar de ter mais de 400 leitos não dá conta da demanda.

Da mesma forma, no Hospital Infantil Pequeno Anjo, que é o hospital-escola da Univali, o maior gargalo está no pronto-socorro, uma vez que Itajaí concentra atendimentos dos municípios da microrregião.

Membro do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Celso Luiz Dellagustina, ressaltou que a atenção básica não é responsabilidade exclusiva dos municípios, já que o Sistema Único de Saúde (SUS) é tripartite, portanto os municípios precisam do aporte tecnológico e financeiro do Estado e da União. Na opinião dele, “fortalecer a atenção básica resolutive

reduz os problemas de média e alta complexidade”.

O deputado Dado Cherm (PSDB) frisou a importância de ouvir as necessidades apontadas pelos gestores. “A cada dia que passa, tem aumentado a nossa angústia com as dificuldades no sistema público de saúde.”

O deputado Jorge Teixeira (DEM) destacou que as reivindicações apontadas na audiência terão encaminhamento a partir da elaboração de um diagnóstico que será apresentado à Secretaria de Saúde.

“Esse diagnóstico será apresentado também ao ministro da Saúde, a quem compete um dos principais problemas, que é o reajuste da tabela do SUS”, destacou. O deputado Sargento Amauri Soares (PDT) acredita que mobilização possibilitada pela atuação da Comissão de Saúde contribuirá para o avanço e a solução de dificuldades nesse setor.



Público acompanha debate no auditório da Univali, que tratou da descentralização do atendimento de pediatria

MUNICÍPIOS LAMENTAM PESO DO CUSTEIO

O prefeito de Penha, Evandro Eredes dos Navegantes, lembrou que o custeio da saúde pesa muito para os municípios. “O Estado e a União em geral contribuem com investimentos em infraestrutura, mas a manutenção dos serviços recai sobre o município.” A vice-prefeita e secretária de Saúde de Itajaí, Dalva Maria Rhenius, também falou sobre a dificuldade de manutenção dos serviços e a carência de profissionais em diversas especialidades. A judicialização de ações do SUS também foi citada por ela como um peso que recai sobre os municípios.

Morastoni destacou que em

todas as audiências foi apontada a carência dos médicos pediatras, daí a importância da interação com os cursos da área de saúde das universidades, de modo que a formação de profissionais esteja em sintonia com a realidade.

Outro desafio diz respeito à fixação dos profissionais nos municípios. “Muitas vezes chegamos a promover leilões de salários para atrair profissionais”, comentou Juliano de Maria, secretário de Saúde de Navegantes e representante do Colegiado de Secretários da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (Amfri).

REIVINDICAÇÕES

O fortalecimento dos trabalhos das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a atualização da tabela de procedimentos do SUS foram ações enfaticamente reivindicadas durante a audiência.

A implantação de um hospital regional também foi sugerida durante a audiência.

SC QUER PROGRAMA DE INCENTIVO À CIRURGIA ELETIVA

Revigorar pode complementar recursos e ajudar a acelerar a realização de 19 mil intervenções

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa realizou, dia 15, audiência pública proposta pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB) para debater o programa estadual de incentivo às cirurgias eletivas, isto é, aquelas que não são urgentes nem emergenciais que totalizam cerca de 19.600 casos no estado.

Depois de intensa discussão, ficou decidido que a Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), solicitará ao Congresso Nacional agilidade na tramitação da Emenda Constitucional nº 29, e ao Ministério da Saúde o reajuste da Tabela do SUS. Os secretários municipais presentes também reivindicaram a interiorização de profissionais médicos e anestesistas, além do vocacionamento e reaparelhamento dos pequenos e médios hospitais para realizarem procedimentos cirúrgicos de alta e média complexidade.

Antônio Aguiar anunciou que o governador Raimundo Colombo comprometeu-se a repassar recursos oriundos do projeto Revigorar, da Secretaria da Fazenda, para o Fundo Estadual de Saúde. Este, por sua vez,

repassaria recursos aos municípios para que complementem os valores da Tabela SUS pagos aos médicos, anestesistas e hospitais. Com o aumento da remuneração, espera-se incentivar a realização dessas cirurgias, diminuindo as filas e o tempo de espera.

Aguiar exemplificou a situação citando o caso de uma cirurgia de ligamento cruzado de joelho, na qual são utilizados dois parafusos que custam cerca de R\$ 2 mil. Segundo ele, o dinheiro do SUS não dá para bancar esses parafusos, quanto mais os serviços do médico e do anestesista, bem como as despesas do hospital durante a cirurgia e no pós-operatório. Assim, as cirurgias não são realizadas e a fila aumenta todo dia.

O representante da Secretaria Estadual de Saúde (SES), Lester Pereira, parabenizou a iniciativa da Comissão de Saúde e louvou a viabilização de recursos extraordinários para complementar os valores da Tabela SUS. Valter Gomes, superintendente de Gestão da SES, lembrou que “não existe sistema público de saúde sem filas”. Mesmo em países como



Proposta pela deputado Antonio Aguiar (E), reunião culmina com pedido para governo federal reajustar tabela do SUS

o Canadá e Espanha, que possuem sistemas avançados, há filas.

EXEMPLOS

De acordo com o presidente da Associação de Hospitais de Santa Catarina (Ahesc), Dario Clair Staczk, existem 6.724 estabelecimentos de

saúde credenciados, entre hospitais, clínicas e laboratórios. Destes, 221 são hospitais, sendo que 182 são filantrópicos. Dos 15.181 leitos existentes no estado, 77% estão nos hospitais filantrópicos. Dario revelou que 80% dos catarinenses somente têm acesso ao SUS.

Ele ainda citou o caso do Hospi-

tal São Vicente de Paula, em Mafrá: lá há quatro oftalmologistas e cinco salas de cirurgia, todavia o município possui uma lista de espera de 200 cirurgias de cataratas. O custo dos procedimentos comparados à remuneração deles não estimula o médico e hospitais e inviabiliza o zeramento da fila.

AUDIÊNCIA APONTA PARA PROBLEMAS DE GESTÃO NA SAÚDE PÚBLICA

O representante do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde (Cosems), Sálvio Tonini, reivindicou o complemento da remuneração da Tabela SUS para todos os procedimentos. Tonini teme que os médicos passem a realizar as cirurgias eletivas, melhor remuneradas, e deixem em segundo plano as outras intervenções. Ele solicitou a mediação da Comissão de Saúde para que a lista das cirurgias represadas, que hoje está sob a responsabilidade dos médicos, seja repassada aos

gestores municipais.

Tonini denunciou que em alguns casos o gestor informa ao paciente que a cirurgia ainda não foi marcada. Este então, desesperado, recorre a um “amigo” e consegue de algum modo marcar a cirurgia, muitas vezes atropelando a ordem de chegada ou a gravidade de outros casos.

Para o dirigente da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, Iberê do Nascimento, “o problema da saúde é de financiamento, mas também de gestão do acesso”.

Iberê reivindicou ofertas reais de acesso às cirurgias eletivas e lembrou que é hábito esperar a fila crescer para tomar a providência de fazer um mutirão.

O prefeito de Anitápolis, Saulo Weiss, ressaltou que os municípios já despendem mais de 20% da receita com saúde e que a conta só aumenta. “Precisamos de ajuda estadual e federal”, afirmou.

Segundo o médico Valdir Ferreira, um dos maiores problemas das cirurgias eletivas é o cancelamento delas, no dia mesmo em que

serão realizadas, pelo surgimento de casos emergenciais, cuja intervenção cirúrgica não pode ser adiada.

Valdir também exemplificou o caso de uma cirurgia de hérnia, remunerada em R\$ 500 pela tabela SUS. Deste total, R\$ 300 ficam com o hospital e R\$ 200 vão para os profissionais médicos e anestesistas. Como o paciente de uma cirurgia dessas fica cerca de três dias internado, o hospital recebe apenas R\$ 100 por dia para bancar as despesas com equipamentos,

materiais, pessoal e serviços de hotelaria. “Os valores pagos pelo SUS são insustentáveis”, alertou.

Para a secretária Municipal de Saúde de São José, Sônia Maria de Souza, as listas de espera não podem continuar apenas na mão dos médicos.

A representante da Associação de Mulheres Mastectomizadas, Lilian Vaz Martinho, destacou a situação das mulheres que realizaram mastectomia e aguardam as cirurgias para reconstituição de mama.

SINAL VERDE PARA LEI DAS LANS

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), teve como destaque, dia 15, a aprovação do Projeto de Lei 94/2011. De iniciativa do deputado Darci de Matos (DEM), o PL altera a chamada “Lei das Lan Houses” (Lei 14.890/2009), que disciplina o controle de usuários de estabelecimentos voltados à comercialização do acesso a internet. Na reunião, foram aprovadas ainda a realização de duas audiências públicas.

Entre as alterações propostas pelo autor, está a proibição do acesso em

tais estabelecimentos a crianças sem o acompanhamento de, pelo menos, um de seus pais ou responsável legal e a permanência de menores após a meia-noite sem autorização. Ficam vedadas ainda, nesses locais, a comercialização de cigarros e bebidas alcoólicas e disciplinados aspectos de iluminação e ergonomia. “O objetivo do projeto é aperfeiçoar a lei que disciplina o setor, criando novos mecanismos de proteção a crianças e adolescentes”, disse Darci. A proposta segue agora para a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

PESCA

A Comissão de Pesca e Aquicultura, presidida pelo deputado Pedro Baldisserra (PT), aprovou dia 15 o requerimento convidando os superintendentes do Ibama e do Ministério da Pesca e Aquicultura em Santa Catarina para comparecerem à próxima reunião do colegiado, no dia 21. Em pauta, as licenças para embarcações para a pesca da tainha e a aquisição pelo governo federal de 28 embarcações, das quais 13 permanecem paradas no município de Biguaçu. A proposta foi do deputado Edison Andrino (PMDB).

CRISE NA SUINOCULTURA

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Aldo Schneider (PMDB), aprovou, dia 15, realização de audiência pública para debater a suinocultura no estado. De acordo com o parlamentar, o encontro promovido pela comissão atende ao pedido da Associação de Criadores de Suíno de Santa Catarina. “Diante das dificuldades encontradas pelos produtores, com relação ao valor do quilo da carne suína, vamos analisar a possibilidade de isenção do ICMS (Imposto sobre Mercadorias e Circulação de

Serviços) do produto in natura e de suínos vivos vendidos para outros estados”, ressaltou.

De acordo com Schneider, a medida é paliativa para enfrentar a crise vivida na suinocultura. O parlamentar explicou que a crise é consequência do excesso de oferta de carne suína e da alta de insumos, especialmente do milho e da soja, componentes básicos da ração para os animais. “Atualmente o custo de produção gira em torno de R\$ 2,65 por quilo do animal vivo, enquanto a comercialização está em torno de R\$ 2,00 no mercado.”

APROVADO PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR EM SC

Deputados dão sinal verde para redução de IPVA para veículos a gás

Os deputados aprovaram, dia 15 o Projeto de Lei Complementar (PLC) 11/2011, do deputado Gelson Merisio (DEM), alterando a Lei Complementar nº 422, de 2008, que institui o Programa de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina. Com isso, famílias com rendimento máximo de três salários mínimos, bem como as atingidas por catástrofes climáticas, passam a ter prioridade no programa.

Outra iniciativa que recebeu o aval do Plenário foi o Projeto de Lei 13/2010, do deputado Darci de Matos (DEM), que altera a Lei nº 7.543, de 1988, determinando que as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) passam a ser de 1% para veículos movidos a gás natural, de modo a incentivar o uso desse combustível menos poluente.

Também foi aprovado o PLC 19/2011, de procedência do Ministério

Público, que reajusta, a partir de 1º de junho, o piso salarial do quadro de pessoal do MP para R\$ 700,64, extinguindo o abono salarial de R\$ 50.

MAGISTÉRIO

A greve do magistério foi assunto recorrente nas sessões ordinárias dos dias 14 e 15. O líder do governo,



Merisio: famílias de baixa renda

deputado Elizeu Mattos (PMDB), intermediou as negociações entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) e o governo do Estado. Em reunião no dia 15 à noite, a situação dos professores se agravou com o anúncio do governo de que irá promover desconto dos dias parados, caso o movimento persista.



Matos: incentivo ao gás

DEPUTADA APONTA DESVIO DE FINALIDADE DO FUNDEB

Em entrevista coletiva dia 14, a deputada Luciane Carminatti (PT) denunciou o desvio de finalidade dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em Santa Catarina.

A parlamentar destacou que a inclusão do Fundeb na base de cálculo da receita líquida disponível gera um maior repasse para os Poderes e reduz os 25% que o Estado é obrigado a destinar à área, já que o percentual é computado considerando o Fundeb e não apenas a arrecadação catarinense.

No período de 2005 a 2011, pelo menos R\$ 1,25 bilhão terão sido repassados pelo Poder Executivo aos outros órgãos (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Udesc), devido à inclusão dos recursos do Fundeb na base de cálculo da receita líquida disponível, conforme os dados apresentados pela deputada.

O Fundeb foi criado pela Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, a qual estabelece que os recursos serão utilizados exclusivamente para o desenvolvimento das várias etapas da educação básica. No mínimo 60% dos recursos do fundo devem ser destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério e o restante, na manutenção da educação. Além da inclusão indevida do Fundeb na base de cálculo da receita do Estado, a deputada apontou outro

problema na gestão dos recursos da educação, que é a inclusão dos inativos (aposentados e pensionistas) no cálculo do percentual mínimo de 25% que deve ser investido na área pelo governo estadual.

"Para garantir que os recursos do Fundeb sejam aplicados exclusivamente na educação, apresentamos um projeto de lei, o PL 189/2011", informou. Carminatti comunicou a apresentação de três emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, elaboradas por sua bancada. Lembrou ainda que o desvio de finalidade dos recursos dá foi objeto de duas representações ao Ministério Público Federal e ao Tribunal de Contas da União, solicitando providências. A parlamentar também apresentará uma representação ao Conselho Nacional do Fundeb.



Deputada Luciane Carminatti e Dirceu Dresch durante a coletiva

DEBATE NA SESSÃO

Nas sessão do dia 15, ganhou destaque o debate sobre a desvinculação dos recursos do Fundeb. O assunto será objeto de reunião nos próximos dias, conforme proposto por Darci de Matos na Comissão de Finanças e Tributação, com a participação da Udesc, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e das Comissões de Constituição e Justiça e da Educação.

Na condição de presidente da Assembleia, o deputado Gelson Merisio esclareceu que a posição oficial da Casa que é debater o assunto em conjunto com o Judiciário, MP, Tribunal de Contas e Udesc.

NA TRIBUNA

FRONTEIRAS

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ressaltou a decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, de regularizar, mediante pagamento de taxas, os veículos roubados no Brasil e vendidos na Bolívia, geralmente em troca de drogas, como a cocaína. Gonçalves revelou que o BNDES financiou a construção de uma estrada naquele país

"que só serve para transportar folhas de coca".

O deputado Maurício Eskudlark (PSDB) parabenizou Nilson Gonçalves e pediu "reforço no patrulhamento das fronteiras do Brasil". Eskudlark ainda homenageou o padre Hélio da Cunha, da paróquia Santo Antonio, do município de São José, pela passagem dos 40 anos de sacerdócio.



Nilson: veículos roubados



Eskudlark: patrulhamento

AEROPORTO HERCÍLIO LUZ

A publicação do edital para implantação do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, conforme prometido pela Infraero, foi cobrada pelo deputado Marcos Vieira (PSDB). Na tribuna na sessão do dia 15, ele lembrou que a data prevista para lançamento do edital venceu em maio.



Marcos Vieira: edital

FEDERALIZAÇÃO DA BR-163

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) informou que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) já fez o estudo para federalizar o trecho sul da BR-163. Ele espera que até o final do ano esse segmento da rodovia seja federalizado e possa receber investimentos por parte do governo federal.



Padre Pedro: trecho sul

40 ANOS DA TUPER

O deputado Silvio Dreveck (PP) destacou, na tribuna, dia 14, a passagem dos 40 anos de fundação do Grupo Tuper, de São Bento do Sul. De acordo com o deputado, a empresa faz parte do seleto grupo de fornecedores da Petrobrás e já investe na produção de equipamentos para a exploração do pré-sal. Além disso, Silvio relatou que a empresa investe na comunidade, mantém a orquestra de São Bento do Sul, patrocinou o Futsal da

cidade, auxilia na manutenção do hospital e colabora com várias entidades.



Dreveck: homenagem

CATARINENSES NO COMANDO DA UPM

Oito deputados estaduais fazem parte da nova diretoria da União Parlamentar do Mercosul



CARLOS KILIAN

Deputado Gilmar Knaesel vai responder pela presidência da entidade, que é composta por parlamentares estaduais e regionais de seis países

Oito deputados estaduais catarinenses integram a nova diretoria da União Parlamentar do Mercosul (UPM), eleita no dia 9, em Buenos Aires, e composta por parlamentares de sete países além do Brasil. O deputado Gilmar Knaesel (PSDB) assume a presidência da entidade, enquanto o deputado Elizeu Mattos (PMDB) fica com a vice-presidência pelo Brasil. Já o deputado Joares Ponticelli (PP) é o segundo tesoureiro e representante do Brasil junto à Confederação Parlamentar das Américas. O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), também foi eleito

como membro da diretoria da UPM. O deputado Kennedy Nunes (PP) fica com a presidência da Comissão de Relações Institucionais e de Fronteira, o deputado Dado Cherech (PSDB) com a Comissão de Saúde e o deputado Edison Andrino (PMDB) compõe o Conselho Fiscal. Dois técnicos catarinenses também foram reeleitos: Flávio Monteiro, diretor de Articulação Política, e Maria Helena Pereira, diretora de Comunicação Social.

A UPM integra legisladores regionais dos países do Mercosul, do Chile e da Venezuela. Além da eleição, a reunião de Buenos Aires

teve como pauta o fortalecimento da integração entre os países membros e a busca de soluções para entraves comerciais e questões fronteiriças entre Brasil e Argentina. Os deputados produziram a Carta de Buenos Aires, que propõe três ações básicas para pôr fim aos embargos comerciais entre Brasil e Argentina.

O documento pede o cumprimento dos preceitos estabelecidos nos tratados de criação do Mercosul e a mobilização da sociedade, através dos líderes dos países que integram o bloco, para a estruturação de um mercado forte, sem ameaça de crises sociais. Também

são cobradas ações efetivas do Parlamento do Mercosul diante da crise, bem como das autoridades econômicas dos países envolvidos.

Na avaliação de Elizeu Mattos, "há necessidade de um diálogo maior. O fortalecimento do bloco é o sucesso da economia do Conesul. Não é criando dificuldades que vamos fazer a integração". A UPM defende que sejam eliminadas as barreiras existentes. Conforme Mattos, a Carta de Buenos Aires será encaminhada aos governos e aos Parlamentos do Mercosul na expectativa de que a integração aconteça na prática.

INTEGRANTES



Joares Ponticelli



Elizeu Mattos



Gelson Merisio



Kennedy Nunes



Dado Cherech



Angela Albino



Edison Andrino

“TEMOS QUE AVANÇAR E ELIMINAR AS BARREIRAS NO MERCOSUL”

AL Notícias - Qual sua proposta à frente da União Parlamentar do Mercosul (UPM)?

Knaesel - A UPM foi criada para ser a entidade que congrega todos os legisladores estaduais (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile) junto ao Mercosul, ou seja, a voz e o meio de sermos ouvidos nas ações que fortaleçam e ajudem a construir o Mercosul. Resgatar isto é a nossa primeira ação. Queremos criar um mecanismo de comunicação da UPM e um espaço definitivo junto ao Parlamento do Mercosul

para nossa sede, além de quebrar as barreiras alfandegárias do turismo (taxa aeroportuária).

AL Notícias - No final da década de 90, sob sua liderança, a Assembleia foi a pioneira na integração das missões oficiais à Europa, Ásia, México e Mercosul, despertando o empresariado e a classe política de outros países para o poder de comercialização e produção do estado. Esta experiência somou para sua eleição?

Knaesel - Acho que ajudou,

sem dúvida. Estas iniciativas foram corajosas, até incompreendidas à época, porém hoje fazem parte da nossa realidade e já trouxeram inúmeros retornos positivos ao Estado. Mas, também foi importante a solidariedade dos colegas deputados catarinenses que fortaleceram meu nome.

AL Notícias - Qual é a intenção da Carta de Buenos Aires?

Knaesel - A grande preocupação é evitar que os impasses entre Brasil e Argentina atrapalhem as ações de fortalecimento do

Mercosul que é o nosso objetivo.

AL Notícias - A sua experiência na Secretaria do Turismo, Cultura e Esporte pode contribuir na sua gestão junto à UPM?

Na condição de secretário estadual, tive a oportunidade de fazer uma aproximação de Santa Catarina com estes países, instituir o turismo de mão dupla. Hoje, somos parceiros no setor turístico. Temos que avançar e eliminar as barreiras que persistem e que atrapalham o crescimento das nossas relações.